

INFORME LEGISLATIVO

RESULTADO DA AGENDA SEMANAL DE 16 A 20 DE ABRIL

A Assessoria de Assuntos Legislativos da FIEMG envia periodicamente, os resultados das reuniões das Comissões Permanentes e Plenárias da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e Câmara Municipal de Belo Horizonte. Seleccionamos apenas as proposições e assuntos de interesse da indústria.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INTERESSE GERAL DA INDÚSTRIA

Audiência Pública: da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, realizada dia 18/04/2018, com finalidade de discutir o processo de revisão tarifária que tramita na Aneel e o impacto do eventual aumento nas contas da Cemig. Com a participação de José Luiz Nobre Ribeiro, presidente do Conselho Nacional dos Consumidores de Energia Elétrica - CONACEN, representando Olavo Machado Júnior, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG;

Energia elétrica pode ser a mais cara dos últimos dez anos

Base de cálculo da revisão e sistema de bandeiras tarifárias foram abordados em audiência nesta quarta-feira (18).

Considerada "perversa", metodologia de revisão tarifária da energia elétrica ensejará um **aumento médio nas contas da Cemig de 25,87%**. Se a proposta for aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o Estado terá o **maior acréscimo dos últimos dez anos**, segundo o deputado Elismar Prado (Pros).

A base de cálculo da revisão e também o sistema de bandeiras tarifárias foram questionados em audiência pública da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, realizada nesta quarta-feira (18/4/18), na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

Além do reajuste anual, o **processo de revisão, previsto nos contratos de concessão, é promovido de cinco em cinco anos**. O objetivo seria obter o equilíbrio das tarifas com base na remuneração dos investimentos das empresas de distribuição e a cobertura de despesas efetivamente reconhecidas pela Aneel.

O presidente do Conselho Nacional dos Consumidores de Energia Elétrica (Conacen), José Luiz Nobre Ribeiro, explicou que essa medida é adotada para evitar que as empresas tenham prejuízos, ou seja, que não gastem com a compra da energia mais que o valor recebido para distribuí-la.

José Ribeiro afirmou que o modelo de exploração energética adotado no Brasil prevê três dimensões: geração, transmissão e distribuição. Ele esclareceu que o aumento a ser implementado pela revisão tarifária diz respeito à distribuição de energia, e não à sua geração.

Para o presidente do Conacen, o acréscimo de 22,63% para os consumidores residenciais; de, em média, 22,73% para as empresas de baixa tensão; e de, em média, 34,41% para as de alta tensão provocará o que ele chamou de curto-circuito no bolso dos contribuintes.

ASSESSORIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Esses percentuais, de acordo com José Ribeiro, são baseados na metodologia de cálculo adotada pela agência reguladora e que está prevista nos contratos de concessão. Ele explicou que, diferente do reajuste anual, que leva em conta a inflação e o chamado fator de qualidade, a revisão possui outros componentes que oneram os valores finais. Ribeiro afirmou que não foram encontrados erros nos cálculos realizados, mas que a **metodologia pode ser considerada perversa**.

Sistema de bandeiras tarifárias é questionado

O deputado Elismar Prado, que solicitou a audiência juntamente com os deputados Felipe Attiê (PTB) e João Leite (PSDB), disse que os cálculos são feitos "friamente", sem ponderar o atual contexto de desemprego e crise no País. Ele informou ainda que participou de audiência com a Aneel, em 28 de março deste ano, quando apresentou documento para questionar o aumento "abusivo" que está em pauta.

O parlamentar afirmou que são levados em conta, de fato, critérios técnicos como os custos de aquisição da energia e as perdas de acionistas, mas que deveriam ser consideradas também as condições dos mineiros de pagar essa conta. Ele argumentou ainda que a Cemig vem acumulando lucros bilionários e que a divisão de ganhos deveria ser feita também com os consumidores.

Outro questionamento diz respeito ao **sistema de bandeiras tarifárias**, em que é cobrado um valor adicional na conta de energia por períodos específicos. O deputado explicou que, entre janeiro de 2015 e junho de 2017, foram arrecadados dos consumidores R\$ 20,5 bilhões, sendo que o ônus das empresas concessionárias foi de apenas R\$ 12,6 milhões.

O deputado Elismar Prado ressaltou que as bandeiras tarifárias já são alvo de processo no Tribunal de Contas da União (TCU). Segundo ele, essa é apenas uma forma de antecipar receitas para as empresas, sem representar qualquer benefício para os contribuintes.

Parlamentares pretendem convocar direção da Cemig

Os deputados Elismar Prado, Felipe Attiê e João Leite pretendem aprovar novo requerimento e realizar outra audiência pública. Eles lamentaram a **ausência de representantes da Aneel e, sobretudo, da Cemig**. Dessa vez, eles farão uma convocação do presidente da empresa ou de um dos seus diretores.

Para os parlamentares, a Cemig precisa prestar os esclarecimentos necessários à população do Estado. O deputado João Leite afirmou que o Poder Executivo tem adotado essa mesma postura em outras reuniões realizadas, por exemplo, no âmbito da Comissão de Segurança Pública.

Foi aventada até mesmo a possibilidade de se instalar uma comissão parlamentar de inquérito (CPI), caso a Cemig não envie representantes para a próxima reunião.

Impactos no mercado – Para Edilson Cruz, representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL-BH), o aumento médio de 25,87% para o comércio vai impor um acréscimo de até 2% no custo final da mercadoria, o que pode parecer pouco, mas que dificultaria a concorrência com os produtos vendidos online.

Já Mariel Orsi, da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais (Fecomércio-MG), **o micro e pequeno empresários serão os mais penalizados** pelo "aumento desarrazoado".

O Sistema FIEMG, através da Assessoria de Assuntos Legislativos, continuará a acompanhar os temas e as proposições legislativas, defendendo os posicionamentos do setor industrial mineiro junto ao Congresso Nacional, Assembleia Legislativa de Minas Gerais e Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários através do e-mail: legislativo@fiemg.com.br

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
Assessoria de Assuntos Legislativos
Contato: (31)3263-4367/4368